

O Papel do Estado no Diálogo entre Patrimonialização e Educação Patrimonial: caso do Centro Histórico de Belém do Pará na Amazônia Brasileira

The role of the State in the dialogue between patrimonialization and heritage education: the case of the historic center of Belém do Pará in the Brazilian Amazon

Enviado em: 07-09- 2023

Aceito em: 08-01-2024

Magaly Caldas Barros¹

Maria Goretti da Costa Tavares²

Resumo

Este artigo objetiva discutir o papel do Estado na patrimonialização de objetos espaciais no Centro Histórico de Belém. Patrimonialização para o Estado se instaura no cruzamento de cadeias discursivas de interesse do próprio Estado e em registros incorporais do que não é considerado patrimônio, por mais que haja relevância social desses objetos e discursos e práticas. Deparamo-nos, então, como uma relação de poder reflexo de imposições originadas nas estruturas sociais formadoras da cultura. A Educação Patrimonial revela um campo de reflexão que possibilita às pessoas comuns certa consciência de sua realidade social, trazendo a importância patrimonial às suas ações cotidianas, relações pessoais, modos de vida, saberes, ofícios, desejos e memórias. No que diz respeito ao espaço urbano de Belém, as requalificações urbanas ocorridas no CHB criaram uma forma específica de atuação do Estado e da sociedade organizada.

Palavras-chave: Requalificação urbana; Patrimônio cultural; Operação Urbana (OUC).

Abstract

This article aims to discuss the role of the State in the patrimonialization of spatial objects in the Historic Center of Belém. Patrimonialization for the State is established at the intersection of discursive chains of interest to the State itself and in incorporeal records of what is not considered heritage, no matter how much there is social relevance of these objects and discourses and practices. We are faced, then, with a power relationship reflecting impositions originating in the social structures that form

1 Geógrafa! Possui graduação (2018) e Mestrado (2021) em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Desde 2011, compõe como pesquisadora o Grupo de Pesquisa Geografia do Turismo (GGOTUR). Compõe o Fórum do Patrimônio Pará. Doutoranda em Geografia pela UFPa. E-mail: magalycbarros@outlook.com

2 Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil (1999). Professora Associada II da Universidade Federal do Pará, Brasil. E-mail: mariagg29@gmail.com

culture. Heritage Education reveals a field of reflection that enables common people to have a certain awareness of their social reality, bringing the importance of heritage to their daily actions, personal relationships, ways of life, knowledge, crafts, desires and memories. With regard to the urban space of Belém, the urban requalifications that took place in the CHB created a specific form of action by the State and organized society.

Keywords: Urban requalification; Cultural heritage; Urban Operation (OUC).

Introdução

O patrimônio cultural brasileiro tem interessado cada vez mais a pesquisas de diferentes áreas e setores sociais, pois seu caráter transversal possibilita criar diálogos entre diferentes campos de análise. O Centro Histórico de Belém (CHB) é uma área cujo arcabouço histórico e simbólico vem sendo explorado por diversos projetos de requalificação urbana tanto por parte do Estado quanto por iniciativas da sociedade civil. Espaços requalificados como o Complexo Feliz Lusitânia e a Estação das Docas são aqui ativados a fim de analisar a estratégia política de refuncionalização em áreas patrimonializadas. Este artigo objetiva discutir o papel do Estado na patrimonialização de objetos espaciais no Centro Histórico de Belém.

As requalificações urbanas ocorridas no CHB criaram uma forma específica de atuação do Estado e da sociedade organizada, onde o poder público tensiona o uso do solo de áreas densamente apropriadas (a exemplo das zonas de orla da cidade), ao passo que a sociedade elabora formas de apropriação vistas muitas vezes como minoritárias ou subjugadas ao fazer oficial do Estado. A ideia de identidade nacional imbricada no conceito de patrimônio cultural difundido pelas políticas de patrimonialização constitui um paradigma histórico-discursivo que disputa a história oficial da formação territorial brasileira e, particularmente, da Amazônia. As estratégias de requalificação desenvolvidas em Belém reconhecem nas estruturas sociais o potencial econômico e simbólico sob a lógica da patrimonialização, tanto pela dimensão institucional do CHB, quanto pela emancipação dos sujeitos e suas trajetórias.

O papel estratégico do planejamento propõe transformações na estrutura espacial da cidade, adicionando elementos que direcionam os usos do espaço. Nos centros históricos patrimonializados, o risco em criar restrições adicionais para estas áreas incorre em novas formas de colonização impostas pelo modo de produção colonizador-capitalista do espaço, originando uma fragmentação arbitrária do urbano e distanciando as políticas públicas do contexto social no qual se encontram tais áreas.

Encaramos a patrimonialização e a Educação Patrimonial como processos correlacionáveis, visto que “a Educação Patrimonial em sua dimensão política ampla, não se restringe apenas aos bens tombados, mas preocupando-se com tudo aquilo que faz parte da memória social” (SCIFONI, 2012, p. 30–31). A discussão caminha no sentido de engrossar as perspectivas estéticas e teóricas fundamentais às discussões sobre cultura em diversos ambientes sociais. Propor uma discussão que interessa aos pesquisadores em Geografia, Patrimônio e Educação Patrimonial permeia o diálogo entre grupos dedicados a pensar as condições do patrimônio cultural brasileiro.

Considerações iniciais sobre o Estado e as políticas de patrimonialização

As requalificações urbanas que representam um processo de valorização do espaço vinculado às práticas patrimoniais nos permitem pensar o centro histórico como parte da totalidade de objetos e expressões culturais vinculados à produção do espaço da cidade. Notamos que a memória (ou a preservação dela) é chave para os projetos de requalificação promovidos a partir da Carta de Atenas (NIGRO, 2001) no Brasil e no mundo. O exemplo dos “museus de guerra” (JEUDY, 2005) que contam a história de catástrofes promovidas por humanos, apresenta a postura dominante das instituições na reconstrução discursiva dos fatos e da preservação da memória, por isso a importância do papel do Estado no contexto das práticas de preservação do patrimônio cultural. A memória coletiva tem a força para vincular significados múltiplos aos “monumentos históricos”, mas ao transferir para instituições do Estado a proteção integral de objetos e manifestações, pode-se reforçar o

controle institucional sobre a memória das pessoas. Esse movimento se assenta no processo de colonização do pensamento, forjado na ideia de cidade imposta no período colonial, no caso da América Latina, quando a legitimidade das ações era aferida pela legalidade do sistema burocrático — mantido até hoje para garantir a reprodução das relações de poder elitistas.

A requalificação urbana é atualmente considerada uma estratégia de proteção do patrimônio cultural que possibilita desenvolver políticas públicas. Objetiva provocar o interesse capitalista por oportunidades e usos diversos em espaços de potencial histórico-cultural. Por meio de “refuncionalização estratégica, o patrimônio requalificado se alia aos interesses do consumo e do mercado imobiliário, tornando-se um símbolo do sucesso do empreendimento” (SOTRATTI, 2010, p.139). Somados às mudanças urbanas relacionadas ao movimento capitalista de estruturação das cidades, os processos de requalificação urbana são reflexos das transformações ocorridas nas grandes cidades do mundo, sobretudo aquelas diretamente ligadas à produção industrial e de *commodities*.

No entanto, a apropriação do bem patrimonializado pelo interesse capitalista, especialmente pela atividade turística, envolve formas de espetacularização do patrimônio (CIFELLI, 2005; Cruz, 2012). O espetáculo domina os meios de comunicação e cria distâncias entre o discurso e a prática, no caso da espetacularização do patrimônio, abandona-se o sentido subjetivo e distancia-se da dimensão sociocultural que constitui as manifestações e bens. Criam-se, então, “cenários onde o patrimônio é pensado a partir do seu valor mercadológico, desprezando e impedindo a reflexão sobre a memória histórica do lugar” (BARROS, 2021). O turismo tem sido o principal impulsionador de imagens opacas sobre o patrimônio cultural. Para Cifelli (2005) ele elabora um

conjunto de estratégias públicas e privadas de realce da dimensão imagética, da difusão de clichês e da refuncionalização dos bens culturais levam a determinados modos de apreensão estética e a certas formas de uso voltadas para o atendimento da demanda turística. Tais fatores priorizam a apreensão de uma história mistificada e de uma cultura banalizada pelo mercado, destituída das experiências sociais que permearam sua construção (CIFELLI, 2005, p. 89).

Tem cabido ao Estado a identificação de referências culturais a serem qualificadas como patrimônio e a implementação de mecanismos de proteção, gerando um processo que envolve técnicos, profissionais, especialistas, políticos, agentes comunitários e pessoas que lidam cotidianamente com tais referências. O Estado aparece nesse jogo como representante do interesse público na construção das representações simbólicas e da identidade coletiva.

Os mecanismos de proteção do patrimônio aplicados pelo Estado conferem novos sentidos aos bens tombados ou registrados que partem da legitimação de memórias e práticas e alcançam a esfera oficial da cultura nacional. Na prática, a preservação que parte do Estado elabora uma legitimidade que ultrapassa os sentidos atribuídos pela cultura, ela engendra na concepção patrimonial os valores defendidos pelos especialistas — em alguns casos, ofusca os valores atribuídos pelas pessoas que se apropriam cotidianamente do patrimônio.

Arantes (2006) destaca níveis de aprofundamento na relação entre legitimação do patrimônio pelo Estado e seus usos sociais. O primeiro diz respeito à “(a) exigência de monitoramento, avaliação, mitigação ou reparação, e crítica permanente” (p. 428) das práticas de preservação, desenvolvendo questões políticas, mercadológicas, éticas, jurídicas e religiosas. O segundo questiona a “responsabilidade social e ética dos agentes promotores e executores dessa política, uma vez que ela está ancorada na ação de indivíduos posicionados institucionalmente” (ARANTES, 2006, p. 428). Para o autor, a implementação de condições de uso do patrimônio que visa a preservação promove formas de apropriação que partem do cotidiano das cidades.

A apropriação cotidiana do patrimônio cultural tensiona os mecanismos de proteção do Estado, por garantir certa autonomia aos sujeitos que desenvolvem relações entre movimentos sociais e organizações de bairros, por exemplo, sem, entretanto, desarticular o diálogo interno das políticas públicas promovidas pela administração estatal. É importante discutir o reconhecimento das formas de apropriação do patrimônio cultural como peça fundamental para

analisar e planejar políticas públicas sobre a cidade, especialmente as políticas de patrimonialização.

A patrimonialização, antes de desenvolver formas de acautelamento, reconhece a existência jurídica do patrimônio, implicando no reconhecimento de pessoas, saberes, linguagens, raças, gêneros, estruturas de pensamento. Desse modo, a relação sociedade-Estado, mediada pela patrimonialização, estabelece contextos discursivos onde o patrimônio cultural é central para o fazer da vida cotidiana.

De fato, o uso da linguagem, sendo a exploração da matéria do discurso, **depende da posição social do falante** que comanda o acesso que ele pode ter à língua institucionalizada, à fala oficial, ortodoxa, legítima. É o acesso aos instrumentos legítimos de expressão, portanto, a participação na autoridade da instituição, que faz toda diferença. [...] (BOURDIEU, 1992, p. 109. Grifo do original, tradução nossa).

A patrimonialização aparece, portanto, como um espaço democrático de escolhas a respeito do patrimônio cultural. Todavia, esse espaço só se realiza quando a prática social reside no mesmo nível hierárquico da prática institucionalizada. É neste momento que a patrimonialização para o Estado se instaura no cruzamento de cadeias discursivas de interesse do próprio Estado e em registros incorporais do que não é considerado patrimônio, por mais que haja relevância social desses objetos e discursos e práticas. Para tanto, leva-se em consideração as relações de poder formadas a partir de imposições originadas nas estruturas sociais formadoras da cultura, por isso urge que a temática decolonial baseie tanto as políticas de patrimonialização, quanto as formas de se referir ao patrimônio cultural.

Em Belém, apesar dos tombamentos expressarem algum tipo de diversidade monumental, abrangendo objetos construídos pelo Estado e pela população, a temática de sua preservação ainda reproduz aspectos colonizadores, principalmente por haver muitos mais bens ligados à identidade da elite econômica do que alusivos aos povos tradicionais ou diaspóricos. Isso implica que a requalificação urbana ainda guarda muito de recolonizações contemporâneas. A esse respeito, Stavenhagen (2009) é cirúrgico:

Tomando en cuenta la historia de la explotación colonial y postcolonial de los indígenas y los patrones persistentes de su exclusión política, su marginación social y su discriminación cultural durante la etapa de la construcción del Estado nacional, es digno de notarse que comenzando en la década de los 80 del siglo pasado diversos Estados adoptaron reformas legales en las que por primera vez fueron incorporados los pueblos indígenas a las estructuras legales de sus naciones. Este proceso se ha dado sobre todo en la región latinoamericana. (STAVENHAGEN, 2009, p. 64).

As requalificações urbanas que representam um processo de valorização do espaço vinculado às práticas patrimoniais nos permitem pensar o centro histórico como parte da totalidade de objetos e expressões culturais vinculados à produção do espaço da cidade.

O Centro Histórico de Belém no contexto das requalificações urbanas

Durante as décadas de 1960 e 1980, as políticas de preservação ganham força, pois têm na valorização do patrimônio a intensificação do turismo cultural e uma reorganização institucional dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio local na década de 1970 (MOTTA; THOMPSON, 2010). O espaço urbano ganha contornos relacionados ao pensamento daqueles que integravam tais instituições, assim, os conjuntos urbanos passam a integrar as listas de bens com interesse à preservação. De acordo com Figueiredo (2010), nesse período ocorrem diversos encontros internacionais e nacionais relacionados ao patrimônio:

No Brasil, em 1973, sob a responsabilidade Secretaria de Planejamento da Presidência da República, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PHC) (...). No Pará, o historiador de arte Donato Mello Júnior lança o livro Antonio Landi, arquiteto de Belém, com uma pesquisa importante sobre a preeminência da capital do Pará e, um ano antes, o memorialista Augusto Meira Filho publica O bi-secular palácio de Landi, sobre o antigo palácio dos governadores de Belém, cujo processo de tombamento seria concluído em 1974. (FIGUEIREDO, 2010, p. 32).

Até o momento, haviam sido tombados o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Cemitério Nossa Senhora da Soledade e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Praça Frei Caetano Brandão, em 1964, acompanhado das transformações discursivas a respeito do patrimônio nacional. Embora a

movimentação no Pará, e em Belém, seja considerada tímida nesse momento, ela é essencial para delimitar a importância do centro histórico.

Em 1976, o conjunto arquitetônico e paisagístico Ver-o-Peso é tombado, abrangendo uma área de 35 mil m² que compreende, dentre outros objetos, o Mercado de Ferro, o Mercado de Carne, o Solar da Beira, a Praça do Relógio, a Feira do Açaí, a Doca do peixe, a Ladeira do Castelo e a Avenida Boulevard Castilhos França. Para Figueiredo (2010), esse tombamento representa a ideia de patrimônio cultural que as instituições do patrimônio pretendem seguir. Em 1990, o Pará cria a Lei n.º 5.629/90, que trata da preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do Estado, submetido ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, da Secretaria de Cultura. Com isso, diversos objetos são tombados em Belém: Palacete Bolonha, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Residência do Governo Estadual, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Mercado de São Braz e Caixa D'água de Ferro, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico, Acervos e Coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi (FIGUEIREDO, 2010, p. 35).

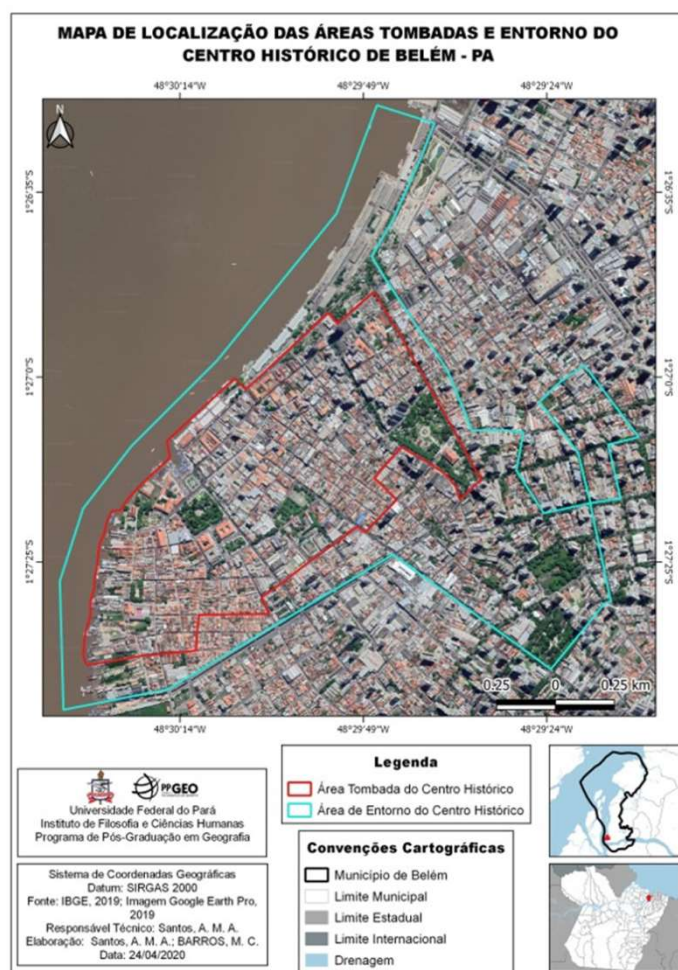


Figura 1: Mapa de localização das áreas tombadas. **Fonte:** UFPA.

A área do centro histórico e entorno (mapa ao lado) abriga 2.800 edificações catalogadas e tombadas nos bairros Cidade Velha e Campina, conforme a Lei Municipal de Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico.

Em 1998 foi inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”. De acordo com Trindade Jr; Amaral (2006), o projeto teve quatro etapas: 1) transformação da Igreja de Santo Alexandre e do antigo Palácio Episcopal, integrando ao primeiro uma cafeteria, galeria de arte, loja de produtos culturais, auditório para 50 lugares, biblioteca, área de serviço, e setor administrativo; 2) restauração do casario de características luso-brasileira da rua Padre Champagnat, concluída em dezembro de 2002; 3) revitalização do Forte do Presépio que adequou o espaço para fins museológicos, concluída em

dezembro de 2002; 4) revitalização da Casa das 11 Janelas, objetivou integrar “paisagem, história, lazer e cultura, funcionando, predominantemente, como espaço referencial de arte moderna e contemporânea brasileira, para regiões Norte, Nordeste e países vizinhos” (PARÁ, 2002b, p.41 *apud* TRINDADE JR; AMARAL, 2006, p. 83).

Esse projeto marcou o interesse estatal pelo resgate aos símbolos do processo de formação do espaço urbano de Belém, enfatizando as referências históricas do período colonial. Conferiu à paisagem um discurso atravessado pela idealização do passado que enfatizou a presença portuguesa em detrimento dos sujeitos subalternizados pela política colonial de produção do espaço na Amazônia, como populações indígenas e populações vindas de África.



Figura 2: Vista aérea do Complexo Feliz Lusitânia do ponto de vista da Baía do Guajará. No primeiro plano, encontra-se o Forte do Castelo e a Casa das Onze Janelas; em segundo plano, a praça Frei Caetano Brandão (coberta por árvores), o Museu de Arte Sacra – Igreja de Santo Alexandre e a Igreja da Sé. **Fonte:** Jean Barbosa /Paratur.

Para Trindade Jr. e Amaral (2006), esse processo de requalificação denomina-se *waterfront*, quando, a partir da relação cidade-rio, políticas urbanas integram elementos da natureza aos projetos de requalificação de áreas degradadas. Executada pela Secretaria Executiva de Cultura do Pará (SECULT), vinculada ao governo do Estado, a criação do Complexo Feliz Lusitânia direcionou atividades relacionadas ao lazer, turismo e cultura na

porção de orla da cidade que abriga intensas transformações embutidas em suas rugosidades, oportunizando uma forma característica de visibilizar a área e de atribuir mais uma camada à relação cidade-rio (TRINDADE JR. E AMARAL, 2006). Ao optar por visibilizar símbolos luso-brasileiros, o Estado privilegia as referências coloniais nos contornos paisagísticos que representam a formação territorial da cidade.

Em relação ao uso do Complexo Feliz Lusitânia como um espaço público, as requalificações ocorridas somente na área central da cidade dificultam o acesso regular das pessoas que moram na área de expansão, já que a infraestrutura urbana não acompanhou o ritmo de dispersão metropolitana vivenciada por Belém nas últimas décadas (TAVARES; CASTRO, 2020, p.76).

Outro projeto de requalificação urbana no CHB, foi a construção da Estação das Docas, em maio de 2000, cujo objetivo era revitalizar a área portuária da cidade. O projeto refuncionalizou três grandes galpões oriundos do antigo porto da cidade, construído para atender às demandas de exportação de borracha no início do século XX.

O projeto abrange uma área de 32.000 m², oferecendo serviços como bar-café, restaurantes, lojas, agências de turismo, bancos, teatro e dois memoriais (memorial do Porto e Fortaleza de São Pedro Nolasco). Além disso, possui uma estação fluvial e uma extensa área de passeio e contemplação com vista para a baía do Guajará (TRINDADE JR; AMARAL, 2006, p. 80).

Cada armazém recebeu um nome cuja temática destina os serviços oferecidos nas partes superior e inferior do espaço. O armazém 1, Boulevard das Artes, abriga cafés, cervejarias, exposições de arte, artesanato e o Museu do Porto (que reúne peças encontradas na área da antiga Fortaleza de São Pedro Nolasco); o armazém 2, Boulevard da Gastronomia, abriga restaurantes e uma sorveteria regional distribuídos nas partes superior, inferior e externa do espaço; o armazém 3, Boulevard de Feiras e Exposições, dispõe do Teatro Maria Sylvia Nunes e uma área livre onde são realizadas exposições, feiras e eventos particulares. O galpão Mosqueiro-Soure, antigo terminal de transporte regional, “transformou-se em um terminal hidroviário para fins de lazer e

turismo, recebendo um flutuante (balsa de 671 metros quadrados, com capacidade para quatro embarcações de até 70 pés [aprox. 21 m]) para atracação de barcos de passeios turísticos” (TRINDADE JR; AMARAL, 2006, p. 81).

As estratégias de requalificação urbana instituídas pelo Estado passaram a ser pontuais na última década, pois parece ser mais vantajoso estabelecer parcerias público privadas, por meio de concessões de uso, que garantem a propriedade estatal, ao passo que submete a administração, uso e função ao capital e interesse privados (BARROS, 2021). Essa postura tende a reproduzir o discurso do esvaziamento e da insegurança associado aos espaços onde a patrimonialização ocorreu sem diálogo com a população — reforçando o controle do Estado sobre as requalificações urbanas e submete os usos do espaço aos interesses do capital privado.

A requalificação urbana atende a um modelo de desenvolvimento urbano baseado na refuncionalização estratégica do patrimônio (SOTRATTI, 2010), voltado principalmente para o consumo do/no espaço. Cardoso (*et. al.*, 2016) salienta que

Apesar da concorrência entre níveis do setor público, a área histórica [de Belém] foi prioritariamente tratada pelo viés da preservação de suas estruturas físicas e da restauração de edifícios históricos, representativos da memória coletiva e de forte apelo simbólico e estético, mas ainda alienados do acúmulo de práticas sociais e culturais do lugar e dos processos globais a que as cidades estão sujeitas e, particularmente, do modo como Belém assimilou as transformações ocorridas na Amazônia desde os anos 1960 (CARDOSO *et. al.*, 2016, p. 824–825).

O CHB recebeu nos últimos anos projetos interessados no processo de requalificação, caracterizado principalmente pelas operações urbanas consorciadas, formas sofisticadas de cooperação entre o governo e a iniciativa privada estabelecidas pelo Estatuto da Cidade desde 2001.

Considera-se Operação Urbana Consorciada (OUC) o conjunto de intervenções e medidas

(...) coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental. (BRASIL, 2001, p. 2008).

Trata-se, na prática, de um plano de obras urbanas aplicável a um recorte específico da cidade instituído por uma lei municipal. No âmbito do planejamento urbano, isso significa haver um zoneamento novo que sobrepõe o original já determinado pelo Plano Diretor Municipal, esse sobrezoneamento garante a elevação do potencial construtivo ao aumentar índices como o Coeficiente de Aproveitamento (CA) (FIX, 2004). A elevação do potencial construtivo permite o aumento da área construída sujeita à comercialização num empreendimento imobiliário e opera como um atrativo ao setor imobiliário, possibilitando que o m² adicional seja gerido e comercializado pelo poder público através do Potencial Adicional de Construção (Cepac) (SANDRONI, 2008). O Cepac é um título financeiro relacionado à metragem quadrada da área construída adicional vinculado, posteriormente, ao terreno. Seu uso “permite uma captura maior de valor na medida em que o preço pago por m² pelo empreendedor imobiliário por seus direitos adicionais de construção (ou mudança de uso) se aproxima mais dos preços de mercado (...)” (SANDRONI, 2008, n.p.). O valor arrecadado pelo poder público com a venda do potencial construtivo adicional é destinado a um fundo público e, então, utilizado na execução de obras urbanas planejadas no plano urbanístico, o que valoriza mais uma vez a área e, portanto, o Cepac (SANDRONI, 2008).

As áreas destinadas ao instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada, em Belém, correspondem às Zonas de Orla, setorizadas pelo Plano Diretor de Belém (Anexo VI da Lei), sendo a faixa marginal do Rio Guamá e da Baía do Guajará.

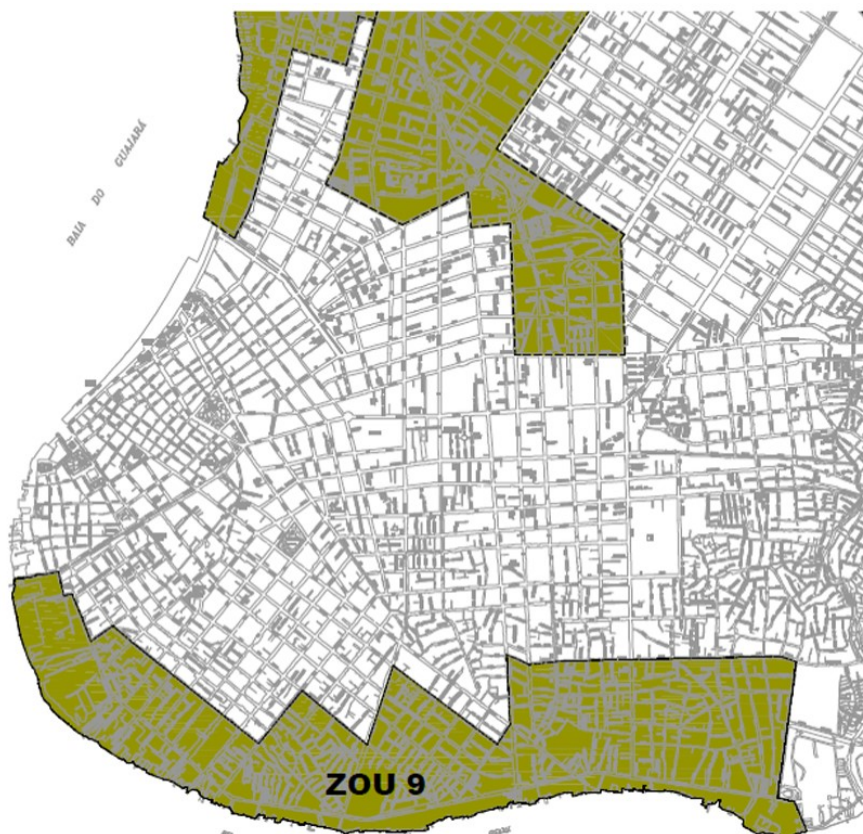


Figura 3: Anexo VI do Plano Diretor do Município de Belém, de 2008. Em destaque: Zonas de Operação Urbana. Fonte: Belém, 2008.

A experiência brasileira aponta contradições na aplicação da OUC, pelo (a) estímulo à migração forçada de populações pobres atingidas diretamente pelas transformações da área e (b) pela transferência de recursos públicos para entes privados, a começar pelo uso do solo. Outro problema das OUCs é a criação de enclaves por conta da concentração de investimentos financeiros no interior da poligonal, além de evidenciar o racismo que estrutura a política habitacional brasileira.

Fix (2004) destaca que estar atrelada à adesão do mercado imobiliário faz com que as OUCs tendam a se concentrar em regiões já privilegiadas da cidade, isto é, as novas obras urbanas acabam por reforçar a concentração de renda, reproduzindo e legitimando a segregação sócio-espacial. No caso de Belém, o planejamento urbano não foge à estratégia brasileira das operações urbanas, mas o risco e o investimento iniciais são públicos e executados em

detrimento de outras ações, como saneamento básico, coleta seletiva de lixo, direito à moradia etc.

No caso das áreas centrais brasileiras, Villaça (1998) indica que estas iniciaram um processo de declínio econômico entre as décadas de 1950 e 1970. Nesse período, as camadas de alta renda “abandonaram” os centros, provocando transformações profundas no meio urbano e nos centros tradicionais. Apesar da evidente mudança nos centros históricos das metrópoles brasileiras, Villaça (1998) afirma que:

(...) continuam [sendo] os focos irradiadores da organização espacial urbana. Continuam sendo a maior concentração de lojas, escritórios e serviços — e também de empregos — de nossas áreas metropolitanas. Atendem a mais população do que qualquer outro centro das metrópoles, uma vez que atraem maior número de viagens. (VILLAÇA, 1998, p.246).

Para o autor, alguns fatores influenciaram as mudanças ocorridas nos centros, tais como o estímulo ao turismo, que desenvolve demandas específicas relacionadas ao comércio, serviços e entretenimento, competindo com as atividades do centro principal. Em Belém, esse cenário é bem claro quando notamos a densidade de fluxos de transporte público que convergem para a área central da cidade, além da concentração de objetos simbólicos ao patrimônio cultural.

Ações participativas desenvolvidas no Brasil

As práticas participativas ganharam notoriedade em instituições estatais brasileiras em 1980, especialmente a partir da Constituição de 1988, quando muitas experiências promoveram mudanças na forma e no conteúdo de deliberação política, mudanças nas políticas públicas governamentais, aperfeiçoamento de habilidades políticas das pessoas, além do aprofundamento do discurso democrático em escala local. Nas escalas regional e nacional, o discurso participativo pode ser considerado uma inovação que procura lugar no imaginário e no modo de fazer política como um método adaptável às instituições já estabelecidas. De um lado, há resistência em afirmar as práticas participativas como elemento indispensável da prática

democrática e em qualificar instituições que atuam nesse sentido. Por outro lado, as experiências locais mostram a potência produtiva da participação, principalmente aquelas oriundas dos movimentos sociais e da sociedade civil que trabalham no nível municipal. Em espaços onde essas práticas dialogam com o Estado, em qualquer nível, florescem iniciativas que ampliam o alcance democrático e a institucionalização dessas práticas — por mais que os sujeitos propositores ainda permaneçam em posição de subalternidade quanto às decisões políticas.

Desde a década de 1970, a sociedade civil adota temáticas transversais em busca de pressionar a democratização política e institucional de suas práticas. Esta fase foi marcada como “lançamentos oficiais” das lutas por transporte, creches e reconhecimento de lotes urbanos, tornando os movimentos de bairros ainda mais importantes. Além disso, os movimentos de apoio às greves ocorridas entre 1978 e 1979, marcaram a importante articulação entre os movimentos de bairro e o movimento sindical (GOHN, 1991).

A atuação de grupos religiosos foi fundamental para a criação de um ideário participativo, visto que parte da formação territorial se deu pela organização espacial empreendida por missões religiosas desde o século XVI. De acordo com Lavallo (2011), a influência que a Igreja exerce na cultura de uma sociedade fundamentalmente católica, como a brasileira, demarca territórios existenciais que atravessam os discursos políticos e participativos. Atualmente, além da Igreja Católica, instituições evangélicas atuam fortemente na escala local, por meio das comunidades de bairro criadas a partir da presença extensiva de igrejas neopentecostais, e na escala nacional, por meio das articulações políticas encabeçadas pela Frente Parlamentar Evangélica.

A participação popular age no sentido de corrigir o método de ocupação, de pensamento e de fazer político historicamente colonizador ao desarticular as formas de exploração social presentes no íntimo da produção espacial. A disputa por um projeto de sociedade situa o contexto discursivo em que é composto o ideário participativo. No momento de elaboração da Constituinte, por exemplo, a participação popular ganha novos contornos, integrando a ideia

de cidadania. Participação cidadã indica que o campo participativo absorveu conteúdo do liberalismo democrático. Isto é, sujeitos ligados ou não aos movimentos sociais passam a ser envolvidos nos processos de participação e assumem prerrogativas “apesar” do caráter popular e decolonial das aspirações participativas. O discurso participativo construído nas duas décadas anteriores, comprometido com segmentos populares, foi considerado incongruente para as disposições do discurso político de cunho universal que disputava o texto da Constituinte (LEVALLE, 2011).

Nesse contexto, os sujeitos envolvidos com a participação popular reelaboraram suas práticas discursivas de participação cidadã e multiplicaram sua atuação por meio de organizações não governamentais (ONGs), o que cindiu a prática participativa em discursos específicos guiados pelo vocabulário dos direitos humanos. Dessa forma, o ideário participativo, celebrado pela Constituição de 1988, apresenta aspectos abstratos aonde a participação vai além do ambiente eleitoral e viabiliza, por meio de conselhos, a representatividade institucional da participação em políticas estratégicas de decisão. Nota-se, então, a centralização institucional da participação popular, as reivindicações dos sujeitos “porta-voz dos seus próprios interesses” agora passam a ser mediadas pelos conselhos.

O modelo de planejamento participativo parte da adaptação dos mecanismos participativos em objeto de estudo, especialmente incorporado pelo ambiente acadêmico. Alguns parâmetros foram estabelecidos considerando o cenário de múltiplas experiências e iniciativas de participação. O termo “instituições participativas” é utilizado comumente para atender a um leque diversificado de iniciativas que entendem os processos participativos em suas práticas e discursos. Vale ressaltar que o “nível institucional de um processo participativo é a representação temporária de uma parte dos sistemas relacionais existente sobre o território” (CAMPOS, 2011, p. 55). Assim, as instituições participativas caracterizam-se pela nutrição de processos não institucionais, a exemplo da constante reelaboração dos mecanismos participativos do Estado.

Para Campos (2011, p. 55) “importa reconhecer que a temporalidade rígida das instituições, quando exposta à temporalidade intersubjetiva das assembleias, pode se tornar mais permeável a ritmos de dinamização política da própria gestão pública”. O diálogo entre as temporalidades institucionais e subjetivas vinculam, uma na outra, métodos de pensar os processos participativos, bem como moldam seus respectivos discursos. É essencial, também, um sistema de avaliação dessas instituições que visa intensificar a compreensão da rede de relações atuantes nos espaços de contato social e que se preocupa com a articulação dos arranjos de poder e com a autonomia dos sujeitos que dirigem as iniciativas.

No caso das instituições participativas, vale integrar novas modalidades de participação, preocupadas com a produção de significados sobre as experiências. A observância desses fatores, permite a construção de instâncias democráticas de mediação social, já que o elemento representativo fundamenta a metodologia criativa dos processos participativos. Não à toa, há diferenças avaliativas entre o Orçamento Participativo e Consultas Públicas, por exemplo. A eficiência e a eficácia da participação devem considerar, por primeiro, o aspecto inicial da semântica participativa: a organização popular e a disputa pelo projeto de sociedade democrática.

A questão da participação popular nos processos de tomada de decisão é associada ao ideário participativo pela influência dos movimentos sociais urbanos e por pontuais administrações municipais, cujos critérios-base foram: democratização do poder político, transparência administrativa, inversão de prioridades, resgate da autonomia e da identidade local, acesso à informação, aos serviços e bens públicos (LEAL, 2003). Com a significativa mudança na concepção do ideário participativo após a Constituinte, agentes econômicos passaram a integrar a gestão pública junto aos setores populares. Com isso, negociação, cooperação, pacto e parceria são alguns termos que aparecem até hoje nos planos e políticas públicas participativas.

Belém experimentou o processo do Orçamento Participativo (OP) e do Congresso da Cidade, no final da década de 1990. A natureza do poder local, representada pelos movimentos populares na administração do Partido dos

Trabalhadores em conjunto com a elite intelectual, que compunha o papel dos especialistas, possibilitou o arranjo político onde os setores de esquerda ocuparam cargos estratégicos de decisão, principalmente no campo social. Tal experiência de vanguarda do município pavimentou iniciativas que colocavam em prática as concepções teóricas nas quais o ponto comum dos contextos discursivos era atravessado pela função do Estado e de sua relação com a sociedade, onde se formam desde as ideias de autogestão até os instrumentos políticos utilizados pelos sujeitos dominantes. Isto é, desde a autorregulamentação social do espaço e do corpo-indivíduo até a luta de classes.

Segundo Leal (2003), os modelos administrativos introduzidos pelas gestões da década de 1980 foram crassos para os sujeitos que apostavam no projeto democrático brasileiro. Para a autora

O “*fetich*e” da participação popular tomou conta dos modos petistas e não petistas de governar, se difundindo pelo espaço nacional, trazendo à arena pública a presença de novos atores sociais imbuídos do espírito de pensar e propor alternativas para democratização da relação Estado/sociedade. Esses novos atores em cena congregavam lideranças populares, organizações não governamentais, técnicos e acadêmicos ditos intelectuais orgânicos (LEAL, 2003, p. 76).

As experiências desse período expressam os limites reais de articulação democrática, que se caracterizam pelos vestígios autoritários herdados da ditadura — como o patrimonialismo, fragmentação institucional, clientelismos e burocratização — e pelas divergências inerentes à relação dos sujeitos sociais, principalmente o campo popular com espaços direcionados a tomada de decisão (LEAL, 2003).

O processo de descentralização política promovido pela Constituição de 1988, concedeu autonomia às agendas administrativas municipais, no entanto, Leal (2003) aponta dois fatores determinantes para os problemas estruturais enfrentados pelos municípios. O primeiro diz respeito a crise fiscal do Estado pós redemocratização, o segundo dirige-se aos interesses locais da classe dominante, que enfraqueciam os movimentos populares para garantir o uso dos recursos públicos pelo setor privado.

O cenário observado pela autora, descreve o poder de pressão e controle social exercido pela sociedade civil, corolário da capacidade de mobilização local. Além da omissão das elites nacionais e de parte da classe média quanto à importância dos fatores sociais para o estabelecimento da democracia. Outro fator que demarca as mudanças desse momento é a crescente mercantilização da cidade enquanto território de oportunidades, que intensificou a centralidade dos grandes centros urbanos e ampliou o discurso do “*city marketing*”. Assim:

A contradição entre o paradigma da “*Cidade Democrática*” e o da “*Cidade Mercado*”, ou seja, da “*Cidade Participativa contra o da Cidade à Venda*” passa a expressar, no momento atual, um campo de tensão permanente expresso na correlação de forças e na hegemonia dos interesses que perpassam o Estado (LEAL, 2003, p. 78).

Os espaços públicos produzidos a partir de conflitos entre sociedade civil e Estado desenham discursos e práticas que determinam sua eficácia nos processos democráticos conforme o grau de proximidade entre os projetos políticos encampados por ambos os lados. Para além da naturalização dessa relação conflituosa, a construção histórica e colonial dos projetos políticos experimentados até aqui combina a cisão estrutural entre Estado e sociedade civil e outras fragmentações que não só provocaram a tensão existente, como atravessam essa relação em múltiplas escalas.

Educação Patrimonial e participação social

A Educação Patrimonial revela um campo de reflexão que possibilita às pessoas comuns certa consciência de sua realidade social, trazendo a importância patrimonial às suas ações cotidianas, relações pessoais, modos de vida, saberes, ofícios, desejos e memórias. No que diz respeito ao espaço urbano de Belém, os limites identitários podem ser pensados pela configuração de objetos cujos códigos e linguagens são ativados em manifestações de matrizes coloniais, negras e indígenas. Para Florêncio (2012)

a Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um

recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. (FLORÊNCIO, 2012, p.24).

No contexto das disputas por legitimação do uso do espaço, reconhecer a Educação Patrimonial como tal nos permite dar visibilidade às culturas marginalizadas, essenciais para estabelecer o diálogo em políticas públicas, por exemplo. Ações educativas ocupam um lugar privilegiado nas discussões mundiais, a exemplo da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, organizada pela ONU, no âmbito da Conferência Geral da UNESCO, de 1972. Refere-se, assim, ao aspecto ímpar da educação patrimonial: emancipar sujeitos para garantir a participação ativa do corpo social nos processos de tomada de decisão, tocando, também, a proteção e promoção do direito à memória e de sua materialidade por meio da conservação dos bens históricos patrimoniais.

Para Scifone (2012) as práticas educativas mais recentes vêm ganhando outros espaços que não os museais e ampliando sua atuação na cidade de modo geral:

Ao focar as ações na cidade, é possível superar aquela visão de reificação dos objetos do passado, os monumentos e o patrimônio cultural. Reificação que retira estes objetos de seu contexto, o tecido social, isolando-os do conjunto dos processos sociais. Ao superar esta visão pontual trabalha-se, assim, **a Educação Patrimonial em sua dimensão política ampla, não se restringindo apenas aos bens tombados, mas preocupando-se com tudo aquilo que faz parte da memória social** (SCIFONE, 2012, p. 30–31. Grifo nosso).

As implicações concentram-se no (i) campo dos direitos sociais, uma vez que a educação patrimonial constitui um mecanismo de valorização do patrimônio histórico das cidades, e no (ii) âmbito das políticas públicas, visto que a educação patrimonial possibilita a formulação de políticas públicas de preservação do patrimônio ao passo que compõe estratégias de ativação social (BARROS, 2018).

Por meio da participação social, podemos elencar três formas de apropriação do espaço: material, concreta e discursiva. No primeiro caso, equipamentos urbanos públicos e privados são ativados como recursos espaciais às práticas e relações circunscritas. Essa postura consolida, na produção do espaço, uma característica própria do processo de apropriação:

autonomia sobre o uso e o consumo de bens, símbolos, equipamentos urbanos, estruturas políticas e discursivas, bem como a reelaboração dessas. O que ocorre não é simplesmente o uso dos objetos espaciais, mas uma mudança significativa na lógica de apropriação, transformando o sentido dos objetos patrimonializados e da prática patrimonial, tornando-os outra coisa.

Na apropriação concreta, a ideia de patrimônio associa-se à continuidade, um exercício de olhar o patrimônio a partir das possibilidades futuras. O discurso amplamente difundido, de que as políticas públicas recorrem ao patrimônio apenas sob a ótica do passado, é uma estratégia de engessamento das práticas subjetivas, não das práticas institucionais. Mesmo as políticas públicas mais vis de gentrificação e segregação sócio-espacial, encaram o patrimônio como um recurso a ser monetizado, isto é, a valorização do passado atua para produzir excedente de capital absorvido como lucro. Entendemos ser na apropriação concreta do espaço que os símbolos, a arquitetura, a arte e as pessoas são construídas, por sedar sobre uma base territorial estabelecida historicamente.

No terceiro caso, podemos definir a apropriação discursiva do espaço em três frentes: legitimação, deslegitimação e distinção. Legitimação diz respeito à prática do Estado. À medida que se argumenta considerar a participação popular na formulação de suas atividades, o Estado passa a incorporar representantes de movimentos sociais e de bairros em suas discussões. Vale ressaltar que essa é uma leitura que pondera apenas a perspectiva da legitimação, todavia não é a única que pode ser feita.

Assim como o patrimônio é uma escolha política, ideológica e metodológica de se narrar os eventos históricos, o apagamento de objetos, sujeitos ou informações é, também, uma escolha. A retórica da legitimação de práticas por parte do discurso institucional é a deslegitimação por aqueles que as consideram opressivas. Já que ambos os casos compreendem relações de poder, a legitimidade das práticas discursivas é tão válida quanto sua deslegitimação. Por exemplo, quando não são incorporados trabalhadores ligados ao comércio nas decisões referentes ao CHB, onde esses sujeitos

habitam, isso pode levar à deslegitimação das atividades do Estado no que tange ao aspecto participativo.

A apropriação discursiva do espaço pela distinção envolve as formas simbólicas de expressão que delineiam uma identidade coletiva. Práticas patrimoniais tratam sobretudo de garantir a memória histórica de uma coletividade, que não se restringe à cultura, mas pode ser ativada como política, oficial ou contra-oficial. A apropriação discursiva pela distinção pode produzir uma identidade distinta, cujo anseio político marca as intervenções espaciais (simbólicas e/ou materiais). Por conta do processo de patrimonialização, o CHB é um espaço onde as relações cotidianas vão além da proximidade geográfica, e as relações de vizinhança, parceria e colaboração são acompanhadas de demandas patrimoniais e identitária. Isto é, qualquer recorte político, oficial ou não, afeta as relações sociais em níveis muito profundos. Silva e Amaral (2019) exemplificam:

(...) a intervenção urbana executada a partir do 'Projeto Feliz Luzitânia' instaurou uma ordem de tais níveis, segregando dentro da unidade que queriam produzir discursivamente; para que fosse possível justificar um restaurante altamente segregador, de alto padrão de consumo, e que se constitui numa negação de uso e de identidade com o território, há uma grande quantidade de museus, os monumentos tornam-se expositores de 'cultura' e da 'educação' oficial suturando a identidade; e para que houvesse abertura para todos os 'públicos', deixa-se uma área entre o público e o privado, de camuflado 'livre acesso' e altamente controlado-vigiada, a área externa (SILVA; AMARAL, 2019, p. 46).

A disputa pela cidade tem sido encarada pelos processos participativos por meio da apropriação do espaço para a manutenção de interesses, ideias e desejos e através do consumo dos recursos simbólicos que sustentam os discursos técnico e participativo em defesa da concepção do espaço urbano. Em Belém, as políticas postas em prática assumem o lugar da autonomia, da tecnicidade e da intervenção democrática no espaço, enquanto as demandas não atendidas defendem um ponto de vista mais participativo e aberto a outras interpretações técnicas.

Considerações finais

As requalificações urbanas ocorridas no CHB possibilitaram a efetivação de diversas práticas, dentre elas, ações participativas pensadas pela sociedade civil. Parte de um processo de valorização do patrimônio, as requalificações em espaços patrimonializados tensionam as disputas pela apropriação e produção do espaço urbano, bem como pelas construções simbólicas e patrimoniais. A discussão caminha no sentido de engrossar as perspectivas estéticas e teóricas fundamentais às discussões sobre cultura em diversos ambientes sociais. As políticas de patrimonialização readéquam objetos e espaço, mas podem ser apropriadas pela participação popular.

No contexto da apropriação e do uso patrimonial, dependem da coerência de ideias e constância dos padrões discursivos (palavras e imagens) dentro e fora do CHB para que a reprodução das práticas discursivas se efetive. Portanto, discutir o papel do Estado na patrimonialização de objetos espaciais no Centro Histórico de Belém nos permite inferir que o Estado concebe o espaço patrimonializado a partir da apropriação de estruturas públicas refuncionalizadas, percebe nestas estruturas novas formas de atuação por meio da prática discursiva. A temática patrimonial nos aponta muitas possibilidades de leitura do espaço, nos permite relacionar escalas, sujeitos e temporalidades distintas. As reflexões discursivas nos tiram dos círculos técnicos dos especialistas para encarmos as falas das pessoas.

As requalificações urbanas representam um processo de valorização do espaço ligado às práticas patrimoniais, por isso se faz urgente pensar o centro histórico como parte da totalidade de objetos e expressões culturais vinculados a produção do espaço da cidade. O patrimônio é, talvez, o elemento mais profundo do espaço urbano. Seu sentido é abrangente e sua presença é marcada por vozes, corpos, imagens, sons e cores. No contato com o presente, o patrimônio marca a reflexão de cada época sobre seus próprios acontecimentos. Como uma ponte para o passado, o patrimônio cuida de apresentar as memórias que escolhemos guardar. E no contato com o futuro, ele garante um porvir sem esquecimentos.

Referências

ARANTES, A. A. O PATRIMÔNIO CULTURAL E SEUS USOS: A DIMENSÃO URBANA. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 4, n.1, p. 425–435, jan./jun. 2006.

BARROS, M. C. PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no centro histórico de Belém. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

BARROS, M. C.; SERRA, H. H. A Belém da Belle Époque e os roteiros geoturísticos como instrumentos de educação patrimonial. **Revista Formação (ONLINE)**, v. 25, n. 44, jan–abr/2018, p. 209–239.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 1992.

BRASIL. Estatuto da Cidade — Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília–DF, 10 jul. 2001.

CAMPOS, G. A. G. de. Participação e Representações não avaliativas: a produção de significados nas experiências participativas. In: **Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação**. Org.: PIRES, Roberto Rocha C. Brasília: Ipea, 2011. v. 7 (372 p.): gráfs., tabs. — (Diálogos para o desenvolvimento). p. 53–64.

CARDOSO *et. al.* Quando o projeto disfarça o plano: concepções de planejamento e suas metamorfoses em Belém (PA). **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 823–844, set/dez 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3710>

CIFELLI, G. Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto (MG). Campinas, 2005. **Dissertação** (Mestrado), UNICAMP.

CRUZ, R. de C. A., Patrimonialização do patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Geosp** — Espaço e Tempo, São Paulo, n. 31, 2012.

FIGUEIREDO, A. M. de.; BRITTO, R. M. de.; LIMA, M. D. de. (orgs.) PEDRA & ALMA: **30 anos do IPHAN no Pará**. Belém: IPHAN (PA), 2010.

FIX, M. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. **Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro**. Campinas: PUCCAMP; PROURB, p. 185–198, 2004

FLORENCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Á. B. (Org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

GOHN, M. da G. M. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

JEUDY, H-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
LAVALLE, A. G. Participação: Valor, Utilidade, Efeitos E Causa. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Org.: PIRES, Roberto Rocha C. Brasília: **Ipea**, 2011. v. 7 (372 p.): gráfs., tabs. — (Diálogos para o desenvolvimento). p. 33–42

LEAL, S. **Fetichismo da participação popular**: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife. Brasil–Recife: Ed. do Autor, 2003. 351p.

MOTTA, L.; THOMPSON, A. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

NIGRO, C. Patrimônio Cultural e Território urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n.º 78, p. 45–76, 2001.

SANDRONI, P. **O Cepac** (Certificado de Potencial Adicional de Construção) como Instrumento de Captação de Mais Valias Urbanas e Financiamento de Grandes Projetos Urbanos. 2008. Retirado de FGV Repositório Digital website: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13354>.

SCIFONI, S. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema In: TOLENTINO, Á. B. (Org.) **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

SILVA, F. G. A. da.; AMARAL, M. D. B. Uma análise das múltiplas territorialidades do núcleo da Cidade de Mairi-Belém. In: TAVARES, M. G. da C.; SERRA, H. R. H.; PACHECO, A. S. (orgs.) **Geografia, patrimônio & turismo na Amazônia brasileira**: Projeto Roteiro Geo-Turístico em Belém do Pará. Belém: Pró-Reitoria de Extensão/UFPA, 2019.

SOTRATTI, M. A. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do centro histórico de Salvador — Pelourinho. In: PAES, M. T. D.; OLIVEIRA, M. R. da S. (orgs.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010.

STAVENHAGEN, R. Los Nuevos Derechos Internacionales De Los Pueblos Indígenas. **Amiírio Antropológico**/2007–2008, p. 61–86, 2009.

TAVARES, A. C. P.; CASTRO, M. de C. S. de. A produção social do espaço público na cidade de Belém–PA: o caso do Complexo Feliz Lusitânia e Feira do Açáí. **Cadernos de Geografia**, n.º 42–2020, Coimbra, FLUC — pp. 71–82.

TRINDADE JR., S.-C. C.; AMARAL, M. D. B. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 73–103, jul. /dez. 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.